

Ivan de Oliveira Silva

A Morosidade Processual e a Responsabilidade Civil do Estado



São Paulo - SP

2004

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Ivan de Oliveira

A morosidade processual e a responsabilidade
civil do Estado / Ivan de Oliveira Silva --
São Paulo : Editora Pillares, 2004.

Bibliografia.

1. Morosidade – Brasil 2. Processo civil –
Brasil 3. Responsabilidade do governo – Brasil
I. Título.

04-5182

CDU-347.932:347.51:342.22(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Morosidade processual : Responsabilidade
civil do Estado : Processo civil
347.932:347.51:342.22(81)

ISBN: 85-89919-07-2

Sumário

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – OS PRINCÍPIOS COMO BASES CIENTÍFICAS	23
1. OS PRINCÍPIOS NO CONHECIMENTO HUMANO	23
1.1. Classificação dos Princípios	25
1.1.1. Princípios Universais	25
1.1.2. Princípios Plurivalentes	26
1.1.3. Princípios Monovalentes	27
2. OS PRINCÍPIOS NA CIÊNCIA PROCESSUAL.....	27
2.1. Princípios Fundamentais	28
2.2. Princípios Informativos	29
CAPÍTULO II – OS MALEFÍCIOS DA MOROSIDADE PRO- CESSUAL	31
3. A PROBLEMÁTICA DA MOROSIDADE PROCESSUAL.....	31
4. O SOFRIMENTO DO JURISDICIONADO CAUSADO PELA LENTIDÃO DO PROCESSO	34
5. A LENTIDÃO PROCESSUAL FRENTE AO DEVIDO PRO- CESSO LEGAL.....	37
5.1. A Interpretação Extensiva da Cláusula	41

6. O LAPSO TEMPORAL RAZOÁVEL PARA O TERMO DO PROCESSO	44
CAPÍTULO III – O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL COMO INSTRUMENTO DA ORDEM JURÍDICA JUSTA E EFICAZ	
7. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL.....	49
8. A RELAÇÃO ENTRE COGNIÇÃO E CELERIDADE	54
9. A IMPOSSIBILIDADE DE CONCEBER A CELERIDADE PROCESSUAL COMO A ÚNICA SOLUÇÃO PARA A DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA.....	57
10. O PROCESSO CÉLERE COMO MECANISMO DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM	61
11. A BREVIDADE DO PROCESSO – UMA PERSPECTIVA INSTRUMENTAL	63
12. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE NO CÓDIGO DE 1939 – BREVES CONSIDERAÇÕES.....	68
12.1. O Magistrado e o seu Dever de Zelar pela Rápida Solução do Litígio.....	73
12.2. A Marcha Processual e os Advogados	75
13. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE NO CÓDIGO DE 1973 – METODOLOGIA DE TRATAMENTO UTILIZADA	77
13.1. Os Principais Mecanismos de Apologia à Celeridade	79
13.1.1. O Instituto da Preclusão	80
13.1.2. Das Nulidades	81
13.1.3. O Julgamento conforme o Estado do Processo	84
13.1.4. A Antecipação de Tutela	87
13.1.5. O Artigo 125 e os Deveres do Juiz	89

13.1.6. O Comportamento das Partes	92
13.1.7. Os Artigos 461 e 461-A e Apontamentos sobre a 2ª Fase da Reforma Processual	96
CAPÍTULO IV A MOROSIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	101
14. OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS – PECULIARIDADES E DEFICIÊNCIAS	101
14.1. Apontamentos sobre a Competência dos Juizados	101
14.2. Princípios Norteadores dos Juizados Especiais	108
14.3. O Acesso à Justiça através do Juizado Especial	114
14.4. Os Juizados Especiais e a Morosidade Processual .	116
CAPÍTULO V A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO RETARDO NO ANDAMENTO PROCESSUAL ..	119
15. RESPONSABILIDADE CIVIL – DISPOSIÇÕES GERAIS	119
16. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – DO “NADA” AO “QUASE TUDO”	124
16.1. Teorias de Lastro Subjetivo	125
16.1.1. Teoria da Culpa Administrativa	126
16.1.2. Teoria da Culpa Anônima	126
16.2. Teorias de Lastro Objetivo	127
16.2.1. Teoria do Risco Administrativo	130
16.2.2. Teoria do Risco Integral	130
17. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DA MOROSIDADE PROCESSUAL	131
17.1. O Suporte Legal para a Responsabilidade Civil do Estado	132
17.1.2. Serviços Públicos Eficientes – Uma Determinação Legal	137
17.1.3. O Parágrafo 6º do Artigo 37 da Constituição Federal e a Expressão <i>Agente</i>	139

17.1.4. A Norma Legal e a Inclusão de Princípios Inspiradores – O Sistema em Função do Bem-Estar Social	140
17.1.5. O Pacto de São José da Costa Rica	140
17.1.6. O Regime do Devido Processo Legal	144
17.2. A Soberania do Poder Judiciário não Exclui a Responsabilidade do Estado pela Lentidão Processual .	145
17.2.1. O Dogma da Coisa Julgada	146
17.3. A Reparação dos Danos (Materiais e/ou Morais) sob a Ógide da Responsabilidade Objetiva do Estado ..	147
 BIBLIOGRAFIA	 151
 ANEXOS	
 I – MAGNA CARTA DO ANO DE 1215 OUTORGADA PELO REI JOÃO SEM TERRA	 157
 II DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS PROCLAMADA PELA ONU EM 1948	 169